



PELA PRODUÇÃO DE UM CUIDADO ANTIRRACISTA: PROBLEMATIZANDO PRÁTICAS, CONSTRUINDO PERCURSOS DECOLONIAIS

Luciana Rodrigues¹

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Psicologia, Departamento de Psicologia Social e Institucional, Programa de Pós-graduação em Psicologia Social e Institucional, Porto Alegre, Brasil.

Bruna Moraes Battistelli²

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Psicologia, Programa de Pós-graduação em Psicologia Social e Institucional, Porto Alegre, Brasil.

Resumo: A partir de uma perspectiva antirracista este artigo objetiva discutir as práticas de cuidado no campo da Psicologia. Nesse caminho, propomos um estudo teórico de inspiração cartográfica através do qual trazemos memórias de nossas experiências como trabalhadoras e pesquisadoras no campo das políticas públicas brasileira e trechos literários de autoras negras como Conceição Evaristo e Carolina de Jesus. Apresentamos um itinerário de pensamento no qual a Modernidade-Colonialidade abre possibilidades para compreendermos a constituição do sujeito no território brasileiro, seguindo por um percurso conceitual sobre o tema do cuidado. Ao final, afirmamos a necessidade de pensarmos um cuidado antirracista, feminista e decolonial para as práticas de uma Psicologia implicada com um projeto democrático e para transformação social.

Palavras-Chave: cuidado; raça; psicologia; antirracismo, colonialidade.

FOR AN ANTI-RACIST CARE PRODUCTION: PROBLEMATIZING PRACTICES, BUILDING DECOLONIAIS PATHS

Abstract: From an anti-racist perspective this article aims to discuss care practices in the field of Psychology. In this way we propose a theoretical study of cartographic inspiration through which we bring memories of our experiences as workers and researchers in the field of Brazilian public policies and literary excerpts by black authors such as Conceição Evaristo and Carolina de Jesus. We support that Modernity-Coloniality opens

¹ Professora Adjunta do Departamento de Psicologia Social e Institucional (UFRGS) e docente colaboradora do PPGPSI/UFRGS. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil. E-mail: lurodrigues.psyco@gmail.com e ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-0061-1402>

² Psicóloga, mestre e doutoranda pelo PPG em Psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil. Bolsista CAPES. E-mail: brunabattistelli@gmail.com e ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-0973-0934>



possibilities for us to understand the constitution of the subject in Brazilian territory, following a conceptual path on the theme of care. In the end, we affirm the need to think about an anti-racist, feminist and decolonial care for the practices of a Psychology involved with a democratic project and for social transformation.

Keywords: care; race; psychology; anti-racism; coloniality.

POR UNA PRODUCCIÓN DE CUIDADO ANTIRRACISTA: PROBLEMATIZAR PRÁCTICAS, CONSTRUIR CAMINOS DECOLONIAIS

Resumen: Desde una perspectiva antirracista, este artículo tiene como objetivo discutir las prácticas de cuidado en el campo de la Psicología. De esta manera, proponemos un estudio teórico de inspiración cartográfica a través del cual traemos recuerdos de nuestras experiencias como trabajadores e investigadores en el campo de las políticas públicas brasileñas y extractos literarios de autores negros como Conceição Evaristo y Carolina de Jesus. Presentamos un itinerario de pensamiento en el que Modernidad-Colonialidad abre posibilidades para comprender la constitución del sujeto en territorio brasileño, siguiendo un camino conceptual sobre el tema del cuidado. Al final, afirmamos la necesidad de pensar en un cuidado antirracista, feminista y decolonial de las prácticas de una Psicología comprometida con un proyecto democrático y de transformación social.

Palabras-clave: cuidado; raza; psicología; antirracismo; modernidad-colonialidad.

POUR UNE PRODUCTION DE SOINS ANTI-RACISTE: PROBLÉMATISER LES PRATIQUES, CONSTRUIRE DES CHEMINS DÉCOLONIAIS

Résumé: D'un point de vue antiraciste, cet article vise à discuter des pratiques de soins dans le domaine de la psychologie. De cette manière, nous proposons une étude théorique de l'inspiration cartographique à travers laquelle nous apportons des souvenirs de nos expériences en tant que travailleurs et chercheurs dans le domaine des politiques publiques brésiliennes et des extraits littéraires d'auteurs noirs tels que Conceição Evaristo et Carolina de Jesus. Nous présentons un itinéraire de réflexion dans lequel Modernité-Colonialité nous ouvre des possibilités de comprendre la constitution du sujet en territoire brésilien, en suivant un parcours conceptuel sur le thème des soins. Au final, nous affirmons la nécessité de réfléchir à une prise en charge antiraciste, féministe et décoloniale des pratiques d'une Psychologie impliquée dans un projet démocratique et pour la transformation sociale.

Mots-clés: soins; élever; psychologie; antiracisme; colonialité.

INTRODUÇÃO

Lembro-me de que muitas vezes, quando a mãe cozinhava, da panela subia cheiro algum. Era como se cozinhasse, ali, apenas o nosso desesperado desejo de alimento. As labaredas, sob a água solitária que fervia na panela cheia de fome, pareciam debochar do vazio do nosso estômago, ignorando nossas bocas infantis em que as línguas brincavam a salivar sonho de comida. Conceição Evaristo – Olhos d'água (2016, p. 16).



No cenário brasileiro, a autora não precisa nomear a cor da família para que a reconheçamos: é negra, como grande parte da população que vive em situação de pobreza e que aciona os serviços das políticas públicas de saúde, educação e assistência social. Como afirma a intelectual negra e ativista Sueli Carneiro (2011), a pobreza nesse país tem cor. Sua afirmação é corroborada pelos dados populacionais brasileiros anualmente divulgados sobre miséria, violência contra a mulher, mortes, encarceramento, população em situação de rua e sobre beneficiárias/os de programas relacionados as políticas sociais, nos quais a população negra (que inclui pretos e pardos) encontra-se com os maiores índices de desigualdade (CERQUEIRA *et al.*, 2020).

Em 2019, a extrema pobreza no Brasil, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), se manteve em 6,5% da população, afetando mais da metade dos nordestinos e 39,8% das mulheres pretas ou pardas (IBGE, 2020). No mesmo ano, entre as pessoas ocupadas, ou seja, que exercem atividade profissional (formal ou informal, remunerada ou não) durante pelo menos 1 hora completa na semana de referência da pesquisa (IBGE, 2010) a população branca ganhava 69,3% mais do que a população negra, assim como os homens ganhavam 12,7% mais do que as mulheres, considerando o número de horas trabalhadas. Em qualquer nível de instrução o rendimento da população branca é superior, apresentando maior diferença no nível superior. Entre as mulheres pretas ou pardas de 15 a 29 anos de idade, 32,0% não estudavam e não tinham ocupação em 2019, proporção 2,4 vezes maior que a dos jovens brancos nessa situação (13,2%).

Nessa direção, o Atlas da Violência de 2020 aponta que “uma das principais expressões das desigualdades raciais existentes no Brasil é a forte concentração dos índices de violência letal na população negra” (CERQUEIRA *et al.*, 2020, p. 47). A juventude negra figura como a principal vítima de homicídios, a taxa de mortalidade de jovens negros segue apresentando forte crescimento ao longo dos anos, entretanto, o índice de mortalidade em jovens brancos, além de ser menor, segue em redução. Em 2018, as mulheres negras representavam 68% do total das mulheres assassinadas no Brasil, representando o dobro em relação às mulheres brancas. O documento ainda aponta que “analisando-se o período entre 2008 e 2018, a taxa de homicídios de mulheres não negras caiu 11,7%, a taxa entre as mulheres negras aumentou 12,4%” (CERQUEIRA *et al.*, 2020,



p. 37). Mesmo com todos esses indicadores, ainda é incipiente discussões que considerem o cuidado nas políticas públicas a partir de análises em que a raça seja elemento central.

A cor da pele não é só uma variação da luz que percebemos através de nossa visão, assim como o tipo de cabelo e feições afrobrasileiras não são percebidas apenas como uma característica entre tantas outras encontradas entre a população do país. Tais elementos foram produzidos como subalternos e, portanto, inferiorizados em meio a um projeto colonial que, segundo Luiz Simas e Luiz Rufino (2020) tem dado certo nas terras desse país. O processo que conforma nossas relações, colocado em curso através desse mesmo projeto colonial, tem nome: racismo estrutural. Desta forma, como profissionais do campo da psicologia e pesquisadoras que têm centrado seus percursos de pesquisa nas políticas públicas (principalmente assistência social, saúde e educação), apresentamos nesse ensaio teórico uma discussão acerca do tema do cuidado pautado por uma ética antirracista.

Articulado com o conceito de raça e racismo, temos como objetivo apresentar possibilidades de constituição de práticas de cuidado antirracistas para o campo das políticas públicas. Para isso, nos baseamos em nossas práticas de pesquisa, a partir do campo da Psicologia Social, que tratam sobre o tema da produção de cidadania na Assistência Social (primeira autora) e práticas de cuidado na produção de conhecimento em Psicologia (segunda autora) para a produção deste artigo³, de inspiração cartográfica, que pretende visibilizar a constituição de práticas de cuidado a partir de um referencial feminista, antirracista e decolonial.

Para tanto, lançamos mão de memórias contidas de nossos tempos de trabalhadoras e de nossas pesquisas, assim como articulamos a discussão com trechos literários de autoras negras, entendendo a importância da intelectualidade feminina negra para a produção de conhecimento para e desde aqui. Compreendemos ser de extrema importância, partindo de nossos lugares na América Latina (como nos ensinou Lélia Gonzales, 1988), a relação com a produção de mulheres negras como Conceição Evaristo, Carolina de Jesus e Sueli Carneiro para a articulação de uma proposição decolonial brasileira – que para se concretizar como um exercício possível, precisa estar aliançada

³ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código 001.



com o pensamento de intelectuais e artistas negras que em suas obras articulam sua experiência e nos apresentam suas análises sobre nosso país.

Assim, iniciamos essa proposição tecendo uma discussão e oferecendo uma leitura para a compreensão da constituição do sujeito desde uma lógica moderno-colonial, na qual discutimos a produção do sujeito colonial subalterno. Em seguida, apresentaremos uma proposta de conceituação referente ao cuidado e, por fim, apresentaremos nosso entendimento sobre o que temos considerado (e trabalhado) como práticas de cuidado antirracistas, decoloniais e feministas.

PRODUÇÃO DE SUJEITO DESDE A LÓGICA MODERNO-COLONIAL

Oferecer elementos que auxiliem a pensarmos sobre a produção de sujeito desde uma lógica fundada pelo projeto moderno-colonial é uma questão importante no percurso dessa discussão. No campo da Psicologia Social, com a qual atuamos, o primeiro ponto para essa compreensão passa pelo entendimento de que a produção de sujeito/subjetividade é uma construção performada a partir de práticas sociais que são desempenhadas na interação entre diferentes atores/atrizes. Portanto, sujeito – como nós o entendemos a partir de uma noção ocidental de eu/interioridade – não é algo natural, mas um produto de condições socioculturais que foram se agenciando ao longo da história (FIGUEIREDO, 2003).

Nesse processo, partimos do princípio de que sujeito é parte da realidade e não uma consequência dela. Assim, nossa atuação no mundo nos transforma ao mesmo tempo em que, também, transforma o mundo. Por isso não é possível separarmos a compreensão sobre os sujeitos que nos tornamos hoje, em nosso contemporâneo, da compreensão sobre a sociedade na qual vivemos – as lógicas que as constituem, os modos de vida que se instauram nela. Portanto, para que possamos tecer uma compreensão sobre a temática da produção de sujeito para, em seguida, nos voltarmos a discussão da produção de cuidado, elencamos os seguintes aspectos: a relação colonialidade/modernidade, emergência do indivíduo (ou seja, da noção de um “eu” privado, uma interioridade que possibilita nos reconhecermos como livres e diferentes uns dos outros) e a posterior crise dessa construção de subjetividade (experiência de que não somos tão livres e diferentes assim)



– todos elementos que, como aponta Figueiredo (2003) dão forma ao cenário que torna possível, no século XIX, o surgimento da Psicologia como ciência.

Apostando na necessidade de olharmos para nossa história para entendermos nosso presente, os sujeitos que nos tornamos e os lugares que ocupamos, é fundamental, enquanto sujeitos que se constituem e vivem no chamado Sul Global, mais especificamente em território brasileiro, olharmos para a relação intrínseca que se estabelece entre o advento da Modernidade e a lógica colonial – que, ao contrário do que podemos imaginar, não cessou com a independência dos países do Sul, seguindo até os dias atuais conformando relações pautadas pela violência da colonização de saberes, sujeitos e modos de existência. Nosso país está entre os que foram dominados e explorados pelos países europeus, fundado a partir da violência, de uma ferida colonial (RESTREPO; MARTÍNEZ, 2010). Portanto, entender os efeitos dessa violência é importante para compreendermos as relações que estabelecemos em sociedade no contemporâneo, pois na esteira das críticas à Modernidade (como projeto político eurocentrado e, mais tarde, também estadunidense) traçadas desde o Sul, não é possível olhar para as noções universalizantes que sustentam a Modernidade como racionalidade, ordem, progresso, perspectiva de humanidade e sujeito, sem compreender que as dinâmicas e as práticas de poder dessa mesma Modernidade estão assentadas sob a lógica colonial – que explora, domina, subjuga e inferioriza tudo e todas/os que estão fora dos padrões estabelecido pela Modernidade.

Importante ressaltar que esse processo não é a priori a instauração de um sistema capitalista, mas como mostra a pesquisadora Denise Ferreira da Silva (2020) “a conquista (colonização/assentamento) e a escravidão são momentos integrais na violência instauradora do capital” (p. 212) – mesmo sistema que continua explorando, dominando e destruindo em nome da acumulação e do lucro. Portanto uma luta antirracista precisa ser, também, anticapitalista.

É preciso que reconheçamos que a invenção da Modernidade, ao se sustentar na violência sobre aquilo que é diferente (colonialidade), produziu relações binárias, opostas que são sempre carregadas por um juízo de valor (uma hierarquização) como bom/mau, humano/não-humano; sujeito/selvagem; norte/sul, e o parâmetro dessa relação de opostos é sempre o mesmo: o sujeito e a civilização europeia (mais tarde também, estadunidense) – que tem no centro o homem, branco, cisgênero, heterossexual, cristão, elitista. É esse o



padrão do que é sempre considerado bom, melhor, saudável, superior, “normal”, enquanto outros povos e sujeitos, ao longo da história, são constantemente colocados no lugar de inferiores, sem alma, sub-humanos, sem cultura, selvagens, irracionais... e dentre esses outros estão todas/os aquelas/es que nesse processo foram produzidos como negras/os e indígenas. A categoria de raça, como noção que produz hierarquias raciais, é um dos elementos fundamentais que sustenta a relação Modernidade/Colonialidade (BALLESTRIN, 2013). Só foi possível sequestrar e escravizar povos africanos nas colônias da América porque a ideia de raça produziu a noção de superioridade branca, em contraponto àqueles/as que poderiam ser destituídos/as de sua liberdade e de suas próprias vidas para serem usados/as como objetos, meras ferramentas de exploração para sustentar os padrões e a vida das nações europeias.

Portanto, foi com a Modernidade que se forjou a ideia de desenvolvimento ligada a noção de “Homem”, como fundamento da ordem e do conhecimento do mundo, baseado na produção da racionalidade, em uma imagem de mundo ordenado, previsível e em constante progresso. Em contrapartida tudo o que não é moderno, ou seja, que não corresponda a essa imagem de mundo, passa a ser considerado como não-civilizado, marcado pela marginalização e a subalternidade, precisando, assim, ser educado, civilizado. Nesse sentido, “não haveria Europa sem a subjugação da América Latina, África e parte da Ásia. Não haveria Norte sem exploração do Sul” (NASCIMENTO, 2009, p. 6).

Então, a constituição mútua entre Modernidade/Colonialidade é o que cria condições de possibilidade para acontecimentos e mudanças que levaram o homem europeu a uma nova vivência da própria identidade e subjetividade e, em interação dialética com essa transformação, inauguram-se os campos de produção de conhecimento das Ciências Humanas e, no final do século XIX, da Psicologia. É a partir desse cenário que vemos o florescimento econômico e cultural do Renascimento europeu e do percurso intelectual do chamado Iluminismo – períodos importantes para a compreensão do surgimento da noção de subjetividade moderna, ou seja, de um “eu interior” que é individual, com o sentimento de experiências íntimas e de uma vida única, que nos constitui como sujeitos capazes de decisões, sentimentos e emoções privadas (FIGUEIREDO, 2003).



Como nos fala o autor, nossa experiência como indivíduos autônomos é uma experiência dos últimos 3 séculos (aproximadamente) que parte de movimentos e transformações pelas quais temos passado na história, sobretudo pelas transformações durante a Modernidade, como a passagem do Renascimento para a Idade Moderna que trouxe a experiência de perda de referências estabelecidas no mundo medieval (FIGUEIREDO, 2003). Nesse percurso, houve o início pela busca em garantir as bases seguras para conhecer o mundo. No pensamento filosófico ocidental, produziram-se dois movimentos que contribuíram para a constituição dessa subjetividade privatizada – a reação racionalista (centrada na razão) e reação empirista (com base nas experiências dos sentidos e da percepção).

A primeira delas – tendo o filósofo René Descartes como o grande representante – é que marca a constituição Moderna. Através da criação da dúvida como instrumento cético, o filósofo colocou a noção de “eu” no centro do debate ao sustentar a ideia de que quando duvidamos há algo que se mostra indubitável, pois diante da dúvida existe, ao menos, a ação de duvidar e essa ação requer um sujeito que não seria mutável, ou seja, o eu. Assim, cunhou a máxima “Penso, logo existo” (FIGUEIREDO, 2003).

Nessa direção, Figueiredo (2003) nos mostra, ainda, como as discussões que perpassam a questão do eu seguiram com diferentes filósofos europeus como Francis Bacon, David Hume, Emanuel Kant e Friedrich Nietzsche. Além disso, outro elemento que contribuiu para a aprofundar e universalizar as experiências da subjetividade privatizada foi o estabelecimento do Sistema Mercantil que transformou as relações pela lógica de produção pautada pela acumulação e lucro (e não mais nos interesses da comunidade). Entre os séculos XVIII e XIX, a ideologia liberal e a revolução Francesa também refletiam a experiência da subjetividade privatizada com a ideia de que todas/os são iguais, mas com interesses próprios/individuais (FIGUEIREDO, 2003).

No entanto, como aponta Luís Claudio Figueiredo (2003), essa experiência da subjetividade privatizada, pela qual passamos a nos entender como pessoas singulares (únicas) e livres, entrou em crise. O reconhecimento de que através das grandes instituições que compõem a sociedade moderna (como a escola, o exército, os manicômios) buscam formatar os indivíduos, padronizá-los, normatizá-los, colocando-os a serviço de uma ordem social, nos coloca diante de uma crise sobre o que e quem somos, se temos ou não liberdade de ser quem desejamos ser. A Psicologia, diante da exigência



dessa padronização de indivíduos (que inclui produzir sujeitos que se comportem, desejem e consumam de determinados modos) para atender a uma ordem social esperada, entra como peça fundamental, pois ela irá atender a demanda por um conhecimento psicológico que possa produzir estratégias que tornem mais eficazes as técnicas de controle sobre nossos corpos. Controle que atua impondo padrões que não se referem só à nossa conduta, mas à nossa imaginação, sentimentos e emoções (ROSE, 2008).

A Psicologia passa a ser não apenas uma ciência do indivíduo, mas uma ciência social, que contribuiu para a construção da sociedade e, também, para o tipo de pessoas em que nos transformamos (ROSE, 2008). Nesse caminho, a Psicologia passou a atuar em locais nos quais problemas de conduta coletiva e individual eram de responsabilidade das autoridades (como escolas e prisões), se firmando como ciência do indivíduo através da criação e utilização de técnicas de regulamentação dentro e partir de uma ordem social esperada (ROSE, 2008).

Ressaltamos que desde seu nascimento, a psicologia teve muitos movimentos epistemológicos, metodológicos e políticos, incluindo correntes críticas a um modelo de psicologia que servia à regulação dos corpos, principalmente daqueles que são vistos e produzidos como ‘anormais’ - o que inclui todas/os aquelas/es produzidos como “inferiores” a partir das práticas desempenhadas pela empreitada colonial (MBEMBE, 2018), ou seja, povos que habitavam o sul global, como os povos africanos e indígenas. No entanto, como aponta Jaqueline Gomes de Jesus (2015) “[a] história da nossa ciência-profissão tem sido pautada por uma ânsia pelo controle, pela colonização dos corpos, pela patologização” (p. 208). Assim, na base das práticas psicológicas que se tornaram hegemônicas em nosso campo, a regulação dos corpos se colocou (e se coloca) a serviço de uma lógica colonial que organiza as relações raciais hierárquicas que se fundam com o advento da Modernidade.

POSSIBILIDADES PARA CONSTRUIR CONCEITUALMENTE O CUIDADO

Pensei na vida atribulada que eu levo. Cato papel, lavo roupa para dois jovens, permaneço na rua o dia todo. E estou sempre em falta. Carolina de Jesus – Quarto de despejo (2014, p. 12).



Carolina de Jesus (2014) fala de um Brasil em que uma mulher cuida de três crianças, trabalha o dia todo e não consegue o mínimo de condições para si e seus filhos. Sua perspectiva, como apontam Flores e Souza (2018) “é encadeadora dos problemas sociais e políticos do seu tempo presente” (p.179), ao mesmo tempo, em que narra experiências que se atualizam no trecho que compartilhamos no início deste artigo: a família narrada por Conceição Evaristo poderia ser, também, a de Carolina. Mãe-trabalhadora nos apresenta o Brasil e a vida a partir do signo da violência racial e de gênero, sofrendo as consequências da negligência de Estado. “Os meus filhos estão sempre com fome. Quando eles passam muita fome eles não são exigentes no paladar” (JESUS, 2014, p. 29). Como olhamos para as cenas que trazemos do livro *Quarto de Despejo*? E principalmente, o que oferecemos para mulheres que narram em suas andanças pelas políticas públicas situações próximas à da autora?

Quem se responsabiliza pelo cuidado com as mulheres que exercem o trabalho do cuidar? No Brasil, as mulheres constituem público frequente na rotina dos serviços de saúde, assistência social e educação. Mas quanto espaço encontram para pensar práticas de autocuidado, por exemplo? Roseni Pinheiro, no *Dicionário da Educação Profissional em Saúde* (2008), afirma que o “cuidado é um modo de fazer na vida cotidiana que se caracteriza pela atenção, responsabilidade, zelo e desvelo com pessoas e coisas em lugares e tempos distintos de sua realização” (PINHEIRO, 2008, p. 110). A autora afirma que a origem das práticas de cuidar como restritas ao espaço doméstico, particular e circunscrito às mulheres datam de muito tempo. Aponta ainda que desde a Grécia Antiga identifica-se que as práticas do cuidar vêm sendo exercidas no interior das famílias, baseadas em um saber cotidiano, prático, ensinado de forma geracional.

Trabalhando com as políticas públicas percebemos a centralidade do tema do cuidado em nossas realidades, muitas vezes produzidos através de práticas que colocam as pessoas em determinados estereótipos, que têm como finalidade gerir vidas conforme os interesses do capital e do social – como forma de gestão da vida alheia que parte de um ideal de vida branco, classe média, cis-heteronormativo. Para orientar nossa discussão sobre cuidado, escolhemos acompanhar as teorizações propostas por Emerson Elias Merhy, pesquisador brasileiro que há tempos vem propondo formas de entendermos a produção de cuidado no campo da saúde. A partir de seu trabalho propomos



possibilidades de entendimento do cuidado para campos como o da Assistência Social e da Educação centrando a discussão no conceito de raça.

Emerson Merhy (2006) afirma que precisamos pensar o cuidado a partir das relações cotidianas tecidas a cada momento, em cada cenário que atuamos, levando em consideração como as relações de cuidado se constituem e qual as responsabilizações de cada parte envolvida – o que nos leva a nos perguntamos: o que ofertamos quando nos propomos a atender alguém? Como dimensionamos o que a/o outra/o nos oferta? Conforme o autor, faz diferença pensarmos sobre os corpos que estão se encontrando nas relações para produção de cuidado, por isso, entendemos que precisamos generificar e racializar as discussões sobre o tema, pois na produção do cuidado entre trabalhadoras/es e usuárias/os, há sempre encontros de corpos em diferentes posicionalidades. Se o cuidado “é um acontecimento no qual há valises tecnológicas múltiplas” (MERHY, 2006, p. 03), ou seja, valises tecnológicas duras (como os materiais que podemos utilizar), leve-duras (como os saberes e ideias estruturadas) e leves (como as relações entre sujeitos), precisamos nos atentar para como atuamos com as valises leve-duras, que dizem respeito aos conhecimentos que nos acompanham em nossas práticas cotidianas, principalmente no que diz respeito àqueles que não acolhem as discussões de gênero, raça e classe para que nossas práticas não sigam compactuando com as lógicas em curso dos sistemas de dominação supremacista branco, patriarcal e capitalista (HOOKS, 2019).

Merhy (2012) nos ajuda a entender que não há como pensar o cuidado sem nos preocuparmos com o nosso agir. Na relação que se estabelece entre territórios existenciais distintos sempre haverá uma produção oriunda dela: vida ou morte. Um agir que pode ampliar as possibilidades de vida ou um agir-torturador (MERHY, 2012) em que se supõem verdades que são arrancadas do sujeito como prova de que o trabalhador/a estava certo a priori. Desta forma, cuidado não necessariamente significa algo bom – ações baseadas em um agir-torturador são realizadas em nome da produção de cuidado. Assim, um dos cruzamentos que desejamos realizar nessa escrita diz respeito a pensar as relações entre cuidado e racismo. Como é possível que profissões, entre as quais a psicologia, constituam práticas de cuidado sem levar em conta a dimensão do racismo e o impacto que a produção da raça (e sua conseqüente hierarquização) tem em nosso país?

Pesquisar e produzir proposições no campo do cuidado é apostar na força das múltiplas narrativas construídas durante o processo, em uma composição de territórios,



não simplesmente o cumprimento de metas ou regras sobre como se relacionar com usuárias/os. Assim, cuidado seria essa aproximação com o mundo do outro, um processo de contaminar e habitar o território alheio e os modos de vida outros. A aposta é em um cuidado que constrói redes que passam pelos sujeitos e instituições envolvidas, um cuidado comum que se dá numa relação com o plano coletivo (MACERATA, 2010). Nessa direção, concordamos com Jaqueline Gomes de Jesus (2015) quando ela aponta um caminho para pensar o cuidado em relação ao afeto do outro. Como nos responsabilizamos com o afeto do outro? As pistas que a pensadora e feminista bell hooks (2017) nos oferece mostram que, para isso, precisamos pensar nossas pactuações com opressões de raça, gênero, sexualidade, classe. Pensar: com que violência estamos pactuadas/os em nossas práticas? Assim, analisando e vivenciando o cenário brasileiro, entendemos que recuar um passo e pensarmos a centralidade da raça nessa discussão é um movimento necessário.

PARA PENSAR PRÁTICAS DE CUIDADO A PARTIR DA RAÇA COMO CATEGORIA CENTRAL

E assim no dia 13 de maio de 1958 eu lutava contra a escravatura atual – a fome!
Carolina de Jesus – Quarto de despejo (2014, p. 32).

Raça é uma produção que, no mundo em que vivemos, não se constituiu como um mero marcador que possamos escolher ou não considerar em nossas pesquisas, análises e intervenções. Não é possível fazermos tal escolha sem nos isentarmos com a manutenção da violência contida no ato de ignorarmos os tensionamentos e desigualdades raciais brasileiras. Raça, é fundamental evidenciar, não é uma categoria biológica como queriam acreditar os eugenistas e cientistas do chamado racismo científico, difundido pelo mundo no século passado (MASIERO, 2005). Há tempos os estudos da genética refutaram essa ideia nos mostrando como não existem elementos que possam nos distinguir entre diferentes raças. No entanto, a ideia de raça que sustenta o projeto Modernidade/Colonialidade (MIGNOLO, 2017) continuou operando como uma categoria social até nossos dias (MUNANGA, 2017), constituindo “formas de classificar e de identificar que orientam as ações dos seres humanos” (GUIMARÃES, 1999, p. 153).



Como categoria social, raça é estruturante nas relações brasileiras. Uma invenção dos brancos que serviu estrategicamente para a autopromoção de superioridade dos próprios brancos, enquanto todas/os as/os outras/os não-brancos/as (povos indígenas e o povo negro) foram situados/as como inferiores na produção dessa hierarquia racial - pois se negras/os fossem consideradas/os humanos/as teria sido possível seu sequestro, escravização, destituição de suas terras, arrancá-las/os de suas famílias, apagar suas culturas, suas línguas, suas histórias e ancestralidade? (RODRIGUES, 2020).

Essa relação de dominação e exploração que caracteriza a lógica colonial, hierarquizando os mais e menos humanos, não ficou no passado, já que a independência das colônias do domínio europeu não trouxe uma ruptura com a lógica da colonialidade (MIGNOLO, 2017). Não é por acaso que os mais altos índices relacionados às desigualdades brasileiras se referem à população negra. Como apontam dados do IBGE (2019), em 2018, entre as pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza (que sobrevivem com valor inferior a US\$ 1,90/dia), 8,8% eram pretas e pardas, enquanto 3,6% eram brancas. O racismo brasileiro é “um crime perfeito, pois além de matar fisicamente, ele alija, pelo silêncio, a consciência tanto das vítimas quanto da sociedade como um todo, brancos e negros” (MUNANGA, 2017, p. 40).

Nesse sentido, é imprescindível que possamos pensar nossa atuação profissional no campo de produção da saúde e do cuidado, a partir do reconhecimento dos efeitos perversos que o racismo opera na sustentação de condições de vida precárias para população negra e povos indígenas desse país. Movimento que exige que possamos nos interrogar e pensar sobre como ofertamos cuidado a partir de nossas práticas e quais os princípios e estratégias que utilizamos para contribuir para sua produção. Isso inclui interrogarmos que tipo de cuidado se constitui através de práticas que rejeitam a compreensão dos efeitos do racismo estrutural (ALMEIDA, 2019) nas relações brasileiras que, ainda, seguem operando linhas de manutenção do mito de uma democracia racial. Seria possível ofertar cuidado sem interrogarmos as lógicas coloniais? Que cuidado seria esse? Podemos ofertá-lo sem colocarmos em discussão e análise nossa formação baseada em uma produção de conhecimento hegemonicamente eurocêntrica, branca, masculina, cristã, cis-heteronormativa e elitista? (RODRIGUES, 2020).

Portanto, como ofertar cuidado a pessoas vítimas de negligência estatal fechando nossos olhos e ouvidos para os efeitos concretos da desigualdade racial que seus corpos



são alvo? Embora Emerson Merhy (2012) nos fale sobre a produção de cuidado no campo da saúde, podemos expandir suas proposições para pensarmos essa produção no campo das políticas sociais em geral. Assim, somos interpeladas por sua convocação para lutarmos contra o agir torturador que habita em nós na construção de práticas e modelos de cuidado que “muitas vezes, centram-se numa lógica em que o saber do usuário só interessa se ele falar aquilo que se quer ouvir” (MERHY 2012, p. 271).

Um agir que atua em consonância com um projeto colonial racista onde a branquitude está sempre reafirmando a sua pretensa e inventada supremacia, tudo às custas da violência e precarização das vidas que estão fora do escopo da branquitude. Reconhecer essas lógicas “faz toda a diferença no mundo do cuidado e nas ofertas que serão construídas, inclusive na produção de sentidos para o agir ali no encontro com o usuário” (MERHY, 2012, p. 272), e na aposta por uma ética de trabalho pela qual se considere que no fazer cotidiano do cuidado todas as vidas valham a pena, “não é só a vida de quem se considera como socialmente significativa que deve ser valorada, mas de modo fundamental a vida daquele morador de rua, daquele desinvestido socialmente” (p. 27).

Como nos fala Lumena Furtado (2019), “construir política pública é tomar posição: por qual projeto ético-político nos orientamos, qual mundo queremos ajudar a tornar real” (p. 274) e esse projeto precisa estar pactuado em uma “aposta na defesa da vida: apostar que você pode defender a vida mesmo em situações em que isso parece, olhando rapidamente, uma impossibilidade” (p. 273) - como pode parecer a sustentação do cuidado diante da complexidade das situações da população em situação de rua.

CUIDADO E ANTIRRACISMO: CONSTITUINDO PRÁTICAS PARA UMA PSICOLOGIA NO BRASIL

Saí indisposta, com vontade de deitar. Mas, o pobre não repousa. Não tem o privilégio de gozar descanso. Eu estava nervosa interiormente. Carolina de Jesus – Quarto de despejo (2014, p.12).

Imaginem se Carolina de Jesus e seus filhos adentrassem algum serviço da Política de Assistência Social ou da Política de Educação no ano de 2021. Como ela seria tratada? Receberia diagnósticos? Seria encaminhada para quais atendimentos de saúde? E sobre seus filhos: que orientações receberia? Uma mulher negra, mãe solo com um trabalho que



lhe exigia longas horas fora de casa, ao mesmo tempo em que criava três crianças, experienciando a violência da negligência estatal e uma pandemia por corona vírus. Nosso sistema de garantia de direitos e as políticas públicas em geral ainda opera por uma lógica de feminização da pobreza (MEYER; KLEIN; FERNANDES, 2012), uma dupla responsabilização de mulheres por sua situação financeira e por sair da mesma, ou seja, milhares de mulheres são responsabilizadas pela negligência que sofrem do Estado (MEYER; KLEIN; DAL'IGNA; ALVARENGA, 2014). Falamos de mulheres como Carolina de Jesus, que na lógica das práticas pactuadas com um projeto colonial brasileiro, poderiam ser consideradas como uma mãe negligente.

Um cuidado pautado em uma ética de defesa de todas as vidas não pode ser realizado se desconsiderarmos as tensões raciais atualizadas cotidianamente, pois assim o que se coloca em curso é o risco de pactuarmos, escondermos e/ou reproduzirmos violências ao mesmo tempo em que nos anunciamos profissionais preocupadas/os com a saúde e bem-estar das famílias e usuárias/os. Por isso, se faz necessário que possamos assumir uma prática ético-política antirracista na produção do cuidado que exige, entre outras ações, encararmos a desconstrução da brancura como ideal de ego que permeia nossa sociedade. Sueli Carneiro (2011) afirma que essa desconstrução é um “imperativo para a libertação e cura de todos” (p. 81). Sustentar a produção de cuidado a partir de uma política antirracista é compreender que essa desconstrução precisa ser um dos princípios éticos de nossas práticas cotidianas; que esteja presente no encontro, na relação com as/os usuárias/os, estejam elas/es onde estiverem: na rua, embaixo da marquise, na praça, nos serviços públicos, em suas casas.

Um cuidado que se coloque em defesa e a serviço da vida precisa compreender que vida é essa sem tomar como referência o parâmetro da branquitude. É compreender que “se partirmos do pressuposto de que o que adoeceu uma pessoa foi a sua vida, o que vai ajudá-la a sair desse processo também é a vida” (FURTADO, 2019, p. 274), não sua exclusão, violência e imposição de modos de viver, de estar no mundo que mantém como régua normativa um sujeito pretensamente considerado como universal no curso do projeto colonial que lançaram sobre nós. Assumir uma política de cuidado antirracista nos coloca na linha de enfrentamento desse

Brasil como estado colonial [...] projetado pelos homens do poder para ser excludente, racista, machista, homofóbico, concentrador de renda, inimigo da



educação, violento, assassino de sua gente, intolerante, boçal, misógino, castrador, faminto e grosseiro” (SIMAS; RUFINO, 2020, p. 12).

Nesse caminho, o “maior desafio é sempre encantar cada trabalhador para este projeto ético e político” (FURTADO, 2019, p. 277), que no caso de nossa discussão diz respeito a uma produção de cuidado antirracista que seja fundamento para o trabalho nas políticas públicas. Como ouvimos sofrimentos que são advindos de situações de privação material? E aqueles ocasionados pelas desigualdades sociais? Como respeitamos modos de viver outros que não o branco, classe média, patriarcal? Lendo o livro *Quarto de Despejo* (2014), acompanhamos as inúmeras vezes que a autora narra seu cansaço, indisposição, a vontade de permanecer deitada, as poucas horas de sono e o trabalho exaustivo que ela exerce. Em um exercício de imaginação, instigamos a pensar como acolheríamos Carolina em nossos serviços ou uma usuária que nos dissesse: “Eu estava indisposta. Com vontade de deitar. Mas prossegui” (JESUS, 2014, p.15). Como acolher sem psicologizar ou patologizar? Quantas mulheres são medicalizadas e recriminadas por não melhorarem de suas supostas depressões, enquanto não tem colocadas em análise as negligências estruturais a que são submetidas? As violências de gênero quando encontram as violências de raça aprofundam sintomas e escancaram a necessidade de pensarmos nossas concepções de cuidado.

Mulheres como Carolina prosseguem, mesmo indispostas e em sofrimento. E quando o sofrimento é oriundo de negligência estatal? Quando é oriundo do racismo estrutural que permeia nosso país? Françoise Vergès (2020) discute sobre a importância de bilhões de mulheres que, assim como Carolina de Jesus, ocupam-se da tarefa de limpar o mundo para que o capitalismo possa exercer suas funções. Mulheres racializadas, superexploradas e negligenciadas, que com seus corpos exercem um trabalho indispensável e ao mesmo tempo invisível e subalternizado. Vergès aponta que essas mulheres exercem um trabalho que não deve ser visto e que não deve ser reclamado, pois o “trabalho feminino de cuidar e limpar constitui um trabalho gratuito” (2020, p. 25). Racializar a discussão sobre práticas de cuidado é, desta forma, mais do que necessário, uma tarefa urgente para que não sigamos individualizando, medicalizando, psicologizando efeitos do racismo e do capitalismo neoliberal.

A vida confortável das mulheres da burguesia só é possível em um mundo onde milhões de mulheres racializadas e exploradas proporcionam este conforto, fabricando suas roupas, limpando suas casas e os escritórios onde trabalham,



tomando conta de seus filhos, cuidando das necessidades sexuais de seus maridos, irmãos e companheiros. Conseqüentemente, elas têm como passatempo discutir a legitimidade das coisas, reclamar que não querem ser ‘incomodadas’ no metrô ou aspirar ao posto de liderança de grandes empresas (VERGÈS, 2020, p. 26).

É ao custo da saúde mental de bilhões de mulheres racializadas e pobres que o capitalismo e a diferença de classe se sustentam. São as mulheres-mães que frequentam os abrigos para crianças e adolescentes, os serviços de Assistência Social, os conselhos tutelares, instituições de ensino, para quem é relegado o peso de sustentar subjetivamente as mazelas que o sistema neoliberal produz. Uma violência invisibilizada por discursos de cuidado, bem-estar e promoção de saúde, como acontece em situações em que há retirada compulsória de bebês de mulheres em situação de rua⁴, sob o pretexto do cuidado ao recém-nascido – situação comum em muitos estados brasileiros e que precisa ser problematizada: há oferta de cuidado para estas mulheres? Há defesa do direito à maternidade, garantindo condições mínimas para a mãe manter os cuidados com a criança? Quando a retirada do bebê e encaminhamento para adoção surgem como primeiras medidas de cuidado, precisamos nos questionar sobre o que fundamenta os discursos que constituem tais práticas e como podemos estar reproduzindo o racismo estrutural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos lugares que temos transitado na composição de nossos trabalhos, propomos nessa escrita tecer uma discussão sobre a produção de um cuidado antirracista no campo das políticas públicas. Uma perspectiva para o cuidar que coloca como imperativo pensar os efeitos que a noção de raça e racismo produzem em nossas práticas.

Para isso, é fundamental que possamos propor mudanças no âmbito da formação das/dos profissionais das políticas públicas e efetivamente buscar estratégias para sua implementação. Mudanças que tencionem a academia ocidentalizada, estabelecida a partir de um projeto colonial, cuja produção de conhecimento se assenta nos pilares do racismo, sexismo e epistemicídio (GROSFOGUEL, 2016). Nesse caminho, pensar sobre

⁴ Como ilustra a reportagem disponível em: <<http://www.enfermagem.ufmg.br/index.php/noticias/591-retirada-compulsoria-de-bebes-de-maes-em-situacao-de-vulnerabilidade-social-e-debatida-em-seminario>>, acessada em 07 de fevereiro de 2021, e a reportagem disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/522159-retirada-de-bebes-de-maes-usuarias-de-drogas-e-denunciada-em-comissao/>>, acessada em 07 de fevereiro de 2021.



um cuidado antirracista é acolher os conhecimentos que usuárias/os nos ofertam em nossos atendimentos; é pensar em como nossas posicionalidades influenciam nos encontros a que nos propomos. Precisamos compreender que raça, gênero e classe são dimensões imprescindíveis de serem discutidas para a produção de práticas de cuidado, pois o acontecimento que se instaura no encontro entre sujeitos, em um serviço oferecido por políticas públicas, é atravessado por marcas que falam de nossa constituição machista, racista e elitista.

Precisamos, assim, nos aliançar com Psicologias que nos oferecem possibilidades teórico-metodológicas e analíticas que nos auxiliam a estranhar aquilo que em nosso cotidiano reproduzimos como algo naturalizado — portanto, a problematizar noções, conceitos, visões, objetos e sujeitos com os quais nos relacionamos — e romper com uma abordagem essencialista para situar esses mesmos elementos e sujeitos em uma perspectiva política.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Silvio. Racismo estrutural. São Paulo: *Pólen*, 2019.
- BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política*, 11, 89-117, 2013.
- CARNEIRO, Sueli. Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil. São Paulo: *Selo Negro*, 2011.
- CERQUEIRA, Daniel et al. Atlas da Violência 2020. Brasil: *Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada*, 2020.
- EVARISTO, Conceição. Olhos d'água. Rio de Janeiro: *Pallas*, 2016.
- FIGUEIREDO, Luis Claudio. Psicologia uma (nova) introdução. São Paulo: *EDUC*, 2003.
- FURTADO, Lumena Almeida Castro. A experiência do Programa De Braços Abertos. In: LOPEDETE, Maria Luiza et al. (Orgs). *Corpos que sofrem: como lidar com os efeitos psicossociais da violência?* São Paulo: Elefante, 2019, p. 271-285.
- FLORES, Elio C.; SOUZA, Alessandra A. de. “Meus irmãos na cor”: trajetória, experiência e autoria negra na obra de carolina maria de jesus (1914-1977). *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)*, v. 10, n. 25, 165-193, 2018.
- GUIMARÃES, Antonio Sérgio. A. Raça e os estudos de relações raciais no Brasil. *Novos Estudos CEBRAP*, v. 54, 147-156, 1999.
- GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. *Tempo brasileiro*, v. 92, n. 93, 69-82, 1988.

GROSFUGUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. *Sociedade e Estado*, v. 31, n. 1, 25-49, 2016.

HOOKS, bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.

HOOKS, bell. *Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra*. São Paulo: *Elefante*, 2019.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Estatísticas de Gênero*. Censo Demográfico 2010. Brasil: IBGE, 2010. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/?loc=0&cat=-1,1,2,-2,-,128,129&ind=4728>. Acesso em 22 de abril de 2021.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil*. Estudos e Pesquisas. Informação Demográfica e Socioeconômica, n. 41. Brasil: IBGE, 2019. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf. Acesso em 22 de abril de 2021.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Síntese de Indicadores Sociais*: em 2019, proporção de pobres cai para 24,7% e extrema pobreza se mantém em 6,5% da população. Brasil: IBGE, 2020. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/29431-sintese-de-indicadores-sociais-em-2019-proporcao-de-pobres-cai-para-24-7-e-extrema-pobreza-se-mantem-em-6-5-da-populacao>. Acesso em 22 de abril de 2021.

JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de despejo: diário de uma favelada*. São Paulo: *Ática*, 2014.
JESUS, Jaqueline G. Lições para uma psicologia das oprimidas. In: LIMA, Aluisio Ferreira de; ANTUNES, Deborah Christina; CALEGARE, Marcelo Gustavo Aguilar (Orgs.). *A Psicologia Social e os atuais desafios ético-políticos no Brasil*. Porto Alegre: *ABRAPSO*, 2015, p. 208-2017. Disponível em: https://www.abrapso.org.br/download/download?ID_DOWNLOAD=461. Acesso em 22 de abril de 2021.

MACERATA, Iacã Machado. *"... como bruxos maneando ferozes": relações de cuidado e de controle no fio da navalha*. Experiência "psi" em dispositivo da política de assistência social para crianças e a adolescentes em situação de rua. Dissertação (mestrado em Psicologia), Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, Brasil, 2010.

MASIERO, André L. A Psicologia racial no Brasil (1918-1929). *Estudos de Psicologia (Natal)*, v. 10, n. 2, 199-206, 2005.

MBEMBE, Achille. *Crítica da Razão Negra*. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MERHY, Emerson E. O cuidado é um acontecimento, e não um ato. In: *Fórum Nacional de Psicologia e Saúde Pública: Contribuições Técnicas e Políticas para avançar o SUS*, 69-78. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2006.

MERHY, Emerson. Saúde e direitos: tensões de um SUS em disputa, molecularidades. *Saúde e Sociedade*, v. 21, n. 2, 267-279, 2012.



MEYER, Dagmar E.; KLEIN, Carin; FERNANDES, Letícia Prezzi. Noções de família em políticas de 'inclusão social' no Brasil contemporâneo. *Revista Estudos Feministas*, v. 20, n. 2, 433-449, 2012.

MEYER, Dagmar E. et al. Vulnerabilidade, gênero e políticas sociais: a feminização da inclusão social. *Revista Estudos Feministas*, v. 22, n. 3, 885-904, 2014.

MIGNOLO, Walter D. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 32, n. 94, 2017.

MUNANGA, Kabengele. As ambiguidades do racismo à brasileira. In: KON, Noemi M., SILVA, Maria Lúcia da; ABUD, Cristiane C. (Orgs.). *O racismo e o negro no Brasil: questões para a psicanálise*, São Paulo: Perspectiva, 2017, p. 33-44.

NASCIMENTO, Wanderson Flor do. A modernidade vista desde o Sul: perspectivas a partir das investigações acerca da colonialidade. *Padê: Estudos em filosofia, raça, gênero e direitos humanos*, v.2, n.1, 1-19, 2009.

PINHEIRO, Roseni. Cuidado em Saúde. In: Pereira, Isabel Brasil.; LIMA, Júlio César França (Orgs.). *Dicionário da educação profissional em saúde*. Rio de Janeiro: EPSJV, 2008, 110-114.

SIMAS, Luiz A.; RUFINO, Luiz. Encantamento: sobre política de vida. Rio de Janeiro: *Mórula*, 2020.

RESTREPO, Eduardo; MARTÍNEZ, Axel A. R. Inflexión decolonial: fuentes, categorías y cuestionamientos. Popayán: *Editorial Universidad del Cauca*, 2010.

RODRIGUES, Luciana. Por um cuidado antirracista. *Superando a situação de rua: cuidado e atenção a populações vulnerabilizadas*. Telessaúde/RS, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Ministério da Saúde, 2020.

ROSE, Nikolas. Psicologia como uma ciência social. *Psicologia & Sociedade*, v. 20, n. 2, p. 155-164, 2008.

SILVA, Denise Ferreira da. Pensamento Fractal. *Plural*, v. 27, n. 1, 206-214, 2020.

VERGÈS, Françoise. Um feminismo decolonial. São Paulo: *Ubu Editora*, 2020.

Recebido em: 13/05/2021

Aprovado em: 07/06/2021